



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
CURSO DE ENFERMAGEM

JOSHUEE BRAGA RODRIGUES

**FORMAÇÃO, CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DE DOCENTES SOBRE
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: RECORTE DE DOCENTES DO CURSO DE
ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

São Luís – MA

2025

JOSHUEE BRAGA RODRIGUES

**FORMAÇÃO, CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DE DOCENTES SOBRE
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: RECORTE DE DOCENTES DO CURSO DE
ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Dra. Paola Trindade Garcia.

São Luís - MA
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Braga Rodrigues, Joshuee.

Formação, conhecimentos e práticas de docentes sobre
acessibilidade e inclusão: recorte de docentes de
Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão / Joshuee
Braga Rodrigues. - 2024.

50 p.

Orientador(a): Paola Trindade Garcia.

Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2024.

1. Acessibilidade. 2. Docentes. 3. Enfermagem. 4.
Inclusão. I. Trindade Garcia, Paola. II. Título.

JOSHUEE BRAGA RODRIGUES

**FORMAÇÃO, CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DE DOCENTES SOBRE
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: RECORTE DE DOCENTES DO CURSO DE
ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Paola Trindade Garcia (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Poliana Soares de Oliveira (Membro)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Deysiane Costa das Chagas (Membro)
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho à minha querida
prima Giulia.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primazia à minha família, nas figuras do meu pai, minha mãe e meu irmão. Foram eles que, com muito sacrifício e trabalho, puderam proporcionar todas as oportunidades que me guiaram à universidade e foram eles que me apoiaram incondicionalmente na jornada universitária, à minha mãe de criação, tia Tereza, e à sua família, que me acompanham desde os meus 3 dias de nascimento, sempre cuidando e protegendo, todos os seus cuidados foram fundamentais para minha formação, como enfermeiro, profissional que performa a ciência do cuidado, e como indivíduo.

Às minhas avós, Maria das Dores e Maria do Livramento, sinônimos de perseverança e força para toda a família, são as nossas fontes de sabedoria e exemplos de vida. Aos meus tios, tias e primos, que torciam por mim e vibravam comigo a cada conquista durante o curso.

Aos meus amigos e colegas, Emanuely Karla, Júlia Fontenelle, Immily Christine, José Afonso e Deborah Dowsley, que me acompanharam do início ao fim do curso, dividindo alegrias, frustrações e o peso da jornada universitária, aos nossos amigos Caio Klamt, Felipe Martins, Marina Dantas e Maryane Amorim, os quais a vida os levou para caminhos diferentes, mas que contribuíram de forma impar para nossa formação.

Aos meus amigos Giovanna Beatriz, Iago Amorim, João Jafar, Lucas Aquino, Nicolas Melo e Nico Lauande, que há mais ou menos 10 anos dividem a vida comigo, com os quais vivo muitos momentos de alegria, que me aconselham e ajudam em momentos de dificuldade e os quais me mantêm de pé quando eu mesmo não consigo só, a vocês agradeço não só as conquistas acadêmicas.

Aos meus amigos do vôlei [+18]h, que dividem comigo a paixão pelo melhor esporte do mundo e além de companheiros de quadra se tornaram amigos queridos e fazem parte do momento de maior descontração dos meus dias, os encontros todas segundas e quartas se tornaram compromisso de rotina. Sou grato também a todos os meus outros amigos que não estão nominados mas que de alguma forma contribuíram para o êxito da minha formação.

À atlética Sparta da qual fui diretor por 6 anos e me proporcionou momentos inesquecíveis durante o curso, a qual me ensinou liderança, trabalho em equipe,

gestão, competitividade, organização, dentre outras ferramentas básicas necessárias para a minha formação profissional.

À Universidade Federal do Maranhão, universidade na qual cursei minha graduação e que presta um serviço inestimável para a sociedade formando milhares de novos profissionais, cientistas e educadores todos os anos.

E por fim, a mim.

“O passado é imutável, mas podemos
alterar o presente e assim mudar o
futuro.”

Renamon – Digimon

RESUMO

Considera-se pessoa com deficiência (PCD) aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, de alguma maneira, dificulte sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições. No Brasil, as PCD estão amparadas por leis e políticas que orientam o acesso à educação, no entanto, embora seja um direito garantido por lei, a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, ainda enfrenta diversos desafios, parte deste problema pode ter origem no desconhecimento dos docentes em relação a critérios de acessibilidade. Desta forma, o objetivo deste estudo é Analisar conhecimentos relativos ao atendimento de critérios de acessibilidade na prática de docentes do curso de enfermagem da Universidade Federal do Maranhão. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa e desenho transversal. O estudo foi conduzido entre os meses de novembro e dezembro de 2024 com docentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão do campus de São Luís. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário, que foi disponibilizado de forma digital/online através do e-mail institucional e redes sociais dos professores. O instrumento foi construído levando em consideração recomendações legislativas e institucionais da área, entre elas a Lei Brasileira de Inclusão, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Guia de Acessibilidade da universidade. A maior parte dos professores tem ou já tiveram alunos com deficiência, mas avaliam sua capacidade de aplicar critérios de acessibilidade e inclusão como “Insuficiente”, a falta de formação e capacitação sobre estes critérios demonstra-se como principal obstáculo para sua aplicação. Este trabalho resultou em um modelo replicável de avaliação de critérios de acessibilidade e pode servir de base para elaboração de ações estratégicas para contornar os resultados negativos desta pesquisa.

Palavras-chave: Acessibilidade; Docentes; Enfermagem; Inclusão.

ABSTRACT

A person with a disability is considered to be someone who has a medium- or long-term impairment of a physical, mental, intellectual, or sensory nature, which in some way hinders their full and effective participation in society on an equal basis with others. In Brazil, people with disabilities (PCD) are supported by laws and policies that guide access to education. However, although inclusion of students with disabilities in higher education is a legally guaranteed right, it still faces several challenges. Part of this problem may stem from the lack of knowledge among educators regarding accessibility criteria. Thus, the aim of this study is to analyze the knowledge related to accessibility criteria in the practice of nursing faculty members at the Federal University of Maranhão. This is a descriptive study with a quantitative approach and a cross-sectional design. The study was conducted between November and December 2024 with nursing faculty members at the São Luís campus of the Federal University of Maranhão. Data collection was carried out using a questionnaire, which was made available digitally/online through institutional email and social media platforms. The instrument was constructed considering legislative and institutional recommendations in the field, including the Brazilian Law of Inclusion, the Statute of the Person with Disability, and the university's Accessibility Guide. Most professors have had or currently have students with disabilities, but they assess their ability to apply accessibility and inclusion criteria as "Insufficient." The lack of training and capacity on these criteria appears to be the main obstacle to their implementation. This work resulted in a replicable model for evaluating accessibility criteria and can serve as a basis for the development of strategic actions to address the negative results of this research.

Keywords: Accessibility; Inclusion; Nursing; Professors.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	16
2.1 OBJETIVO GERAL	16
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3 MÉTODO	17
3.1. Tipo de estudo	17
3.2. Local e período do estudo	17
3.3. População e amostra	17
3.4. Coleta de dados	Error! Bookmark not defined.8
3.5. Análise dos dados	188
3.6. Aspectos éticos e legais	18
4 RESULTADOS	200
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	311
REFERÊNCIAS	322
ANEXOS	344
APÊNDICES	Error! Bookmark not defined.4

1 INTRODUÇÃO

Considera-se pessoa com deficiência aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, de alguma maneira, dificulte sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2010). No Brasil, as PCD estão amparadas por leis e políticas que orientam o acesso à educação (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013). A estas devem ser asseguradas um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo da vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, embora seja um direito garantido por lei, ainda enfrenta diversos desafios. Dentre esses desafios, a falta de infraestrutura adequada, como rampas, elevadores e salas de aula adaptadas, figuram de maneira significativa. Além disso, a escassez de recursos tecnológicos acessíveis e a formação insuficiente dos professores para atender às necessidades específicas desses alunos dificultam o processo de aprendizagem, aspectos que afetam fortemente a acessibilidade.

Acessibilidade é, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), a possibilidade e condição de utilização, com segurança e autonomia dos mais diversos serviços, dentre eles, espaços, equipamentos urbanos, transporte, informação e tecnologia, sendo eles públicos ou privados, urbanos ou rurais, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A partir da compreensão desse conceito, percebe-se que muitos são os critérios necessários para considerar algo verdadeiramente acessível. Nesse sentido, algumas políticas, recomendações e diretrizes foram criadas para tentar alcançar estes critérios e garantir recomendações a esse público, dentre estas, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), o Manual de adaptações e acessibilidade (Brasil, 2022) e o Guia de boas práticas de acessibilidade digital (Brasil, 2023).

Após a adoção desses diversos marcos legais e a implantação e implementação de algumas políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência, o Brasil tem avançado de forma exponencial no que diz respeito ao ingresso desse público no ensino superior. Pôde-se observar um aumento no ingresso de pessoas

com deficiência nas universidades de aproximadamente 575,4% no período entre 2003 e 2013 (Brasil, 2014). Já na Universidade Federal do Maranhão, o aumento chegou a aproximadamente 1000% entre os anos de 2007 e 2019 (UFMA, 2021). E a tendência é que esse crescimento se mantenha uma vez que em 2017 entrou em vigor a Lei 13.409/2016 que altera a Lei 12.711/2012 tornando obrigatória a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (Brasil, 2016).

Contudo, garantir o acesso por si só às universidades não garante a integridade do acesso ao que a instituição tem a oferecer. A acessibilidade e inclusão necessitam de uma rede complexa de atores e ferramentas para que possam verdadeiramente serem atingidas; as instituições de ensino, por vezes, não conseguem ter ambos. Apesar do ingresso de PCDs no ensino superior ser amparado por lei, é necessário que haja uma efetiva inclusão destes no âmbito das IES, pois não basta apenas possibilitar a entrada se não existem estruturas e recursos necessários para garantir a permanência destes estudantes. (Silva, 2016).

Não obstante, parte deste problema pode ter origem no desconhecimento dos docentes em relação a critérios de acessibilidade. Docentes desempenham um papel crucial na formação de futuros profissionais e na atualização contínua dos conhecimentos daqueles que já estão inseridos na prática. Suas competências e entendimento sobre critérios de acessibilidade não apenas impactam diretamente na qualidade do ensino, mas também na inclusão efetiva de pessoas com necessidades especiais nos diversos contextos de atendimento (Oliveira et al. 2019).

A formação do docente para o ensino superior e a constituição de uma pedagogia universitária compõem um campo de estudos e investigações de diferentes pesquisadores brasileiros. Segundo Pimenta e Anastasiou (2003), embora os professores universitários possuam experiências significativas na área de atuação, ou tenham um grande embasamento teórico, predominam, em geral, o despreparo e até um desconhecimento científico do que seja um processo de ensino e de aprendizagem.

Há duas décadas, notava-se um esforço na formação dos professores para promover a inclusão nas escolas básicas, enquanto nas Instituições de Ensino Superior (IES) a presença das Pessoas com Deficiência (PCD) em seus cursos superiores era pouco discutida. Portanto, é crucial desenvolver uma cultura de

inclusão no ambiente universitário para iniciar o debate sobre práticas inclusivas no ensino superior. A questão da inclusão nas IES precisa ser trazida à tona, e as demandas das PCD, juntamente com suas necessidades específicas de acessibilidade e aprendizado, devem ser consideradas nas discussões acadêmicas que moldam os projetos pedagógicos dos cursos.

Segundo o Ministério da Educação (2008), para trabalhar com educação especializada o perfil do professor deve abranger curso de graduação, pós-graduação ou formação continuada que o capacite para atender às necessidades educacionais diferenciadas de pessoas com deficiência.

Além disso, o enfermeiro, como profissional que performa a ciência do cuidado, é responsável não somente pela assistência direta ao paciente, como também é responsável pela educação em saúde, elaboração de políticas públicas de saúde, organização, controle, supervisão e avaliação dos serviços de enfermagem, bem como formação continuada de outros profissionais (COFEN, 1987), desta forma é necessário que o enfermeiro possua uma formação holística que o habilite a atender diferentes públicos nos diversos serviços que presta.

Desta forma, o enfermeiro não é somente cuidador, mas também exerce, no seu dia a dia, a função de professor, seja nas instituições de saúde ou na sala de aula. Portanto, este estudo tem por finalidade investigar os conhecimentos de docentes enfermeiros incluindo aspectos pedagógicos, comunicacionais e tecnológicos que são *sine qua non* para garantir um ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo. Diante disso, abre-se o seguinte questionamento: Os professores de Enfermagem da UFMA conseguem aplicar critérios de acessibilidade na sua prática docente? Desta forma, o objetivo deste estudo é analisar conhecimentos relativos ao atendimento de critérios de acessibilidade na prática de docentes do curso de enfermagem da Universidade Federal do Maranhão.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar conhecimentos relativos ao atendimento de critérios de acessibilidade na prática de docentes do curso de enfermagem da Universidade Federal do Maranhão.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever as características demográficas e de formação dos docentes do curso de Enfermagem da UFMA.
- b) Avaliar os conhecimentos e práticas pedagógicas relacionadas à acessibilidade e inclusão dos docentes do curso de Enfermagem da UFMA.
- c) Identificar atividades de formação docente relacionadas à temática de acessibilidade e inclusão.
- d) Identificar os principais desafios dos docentes em relação ao atendimento dos critérios de acessibilidade na prática docente.

3 MÉTODO

3.1. Tipo de estudo

Trata-se de um estudo caráter descritivo e abordagem quantitativa com desenho transversal. O estudo descritivo tem como finalidade descrever situações, em especial o que está ocorrendo permitindo abranger um indivíduo, situação, ou grupo, assim como desvendar relações entre eventos (UFG, 2011).

A pesquisa quantitativa por sua vez, caracteriza-se pela busca da validação da hipótese mediante a utilização de dados estruturados estatísticos bem como a quantificação da modalidade de coleta e dos dados obtidos através de análise estatística (UFG, 2011).

O estudo transversal consiste em um estudo cuja coleta de dados é realizada de forma estática, ou seja, com um recorte temporal bem delimitado (Bastos, et al. 2013).

3.2. Local e período do estudo

O estudo foi conduzido entre os meses de novembro e dezembro de 2024, com os docentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão do Campus São Luís-MA.

3.3. População e amostra

Todos os docentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão do campus de São Luís foram convidados a participar da pesquisa. A população compreendia todos os 38 docentes ativos no período de condução da pesquisa, segundo dados fornecidos pelo próprio Departamento de Enfermagem da universidade.

Foram adotados como critérios de não inclusão professores que se aposentaram durante a condução da pesquisa, professores de licença, respondentes não pertencentes ao Departamento de Enfermagem e professores não respondentes. A amostra total obtida foi de 18 respondentes.

3.4. Coleta de Dados

Para coleta de dados, realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2024, utilizou-se um questionário (Apêndice – 2) com 22 questões (20 fechadas e 02 abertas) sobre dados sociodemográficos e dados que abordavam aspectos sobre atendimento à critérios de acessibilidade, levando em consideração recomendações da Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Guia de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão (ano).

A ferramenta de pesquisa foi dividida em três partes onde a primeira continha esclarecimentos sobre a pesquisa bem como o termo de consentimento e participação, a segunda continha perguntas sobre o perfil sociodemográfico dos participantes, e a terceira continha perguntas sobre formação e atendimento de critérios de acessibilidade.

Antes do envio ao sujeitos de pesquisa, o questionário foi respondido por 5 docentes para garantir que os objetivos da pesquisa seriam atendidos. Alguns ajustes foram realizados e, em seguida, o questionário foi enviado para a lista de e-mail institucional dos docentes, enviada pela Coordenação de Curso. Esforços sequenciais de envio do instrumento foram realizados por meio da ferramenta WhatsApp. Também foi realizada uma busca ativa de forma presencial no prédio cede do departamento de enfermagem da UFMA – SLZ para estimular maior adesão à pesquisa por parte dos docentes.

3.6. Análise dos dados

Os resultados foram analisados segundo informações estatísticas fornecidas pela própria plataforma em que o questionário foi elaborado (Google Forms®). Foi realizada análise descritiva dos dados com a apresentação de frequências relativas e absolutas em tabela, quadros e figuras.

3.7. Aspectos éticos e legais

Esta pesquisa é um recorte da pesquisa “Formação, conhecimentos e práticas de docentes sobre acessibilidade e inclusão” que foi aprovada pelo Comitê

de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/HU/UFMA, CAAE 81235324.6.0000.5087 (parecer número 7.174.170), seguindo os preceitos éticos da Resolução 466/12 que envolve diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos (Brasil, 2012). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dando ciência da participação na pesquisa.

4 RESULTADOS

Artigo Científico: “Formação, conhecimentos e práticas de docentes sobre acessibilidade e inclusão: recorte de docentes de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão.”

Artigo a ser submetido na Revista EducaOnline e-ISSN 1983-2664 Qualis B1*
Normas da publicação disponibilizadas no Anexo B

Formação, conhecimento e práticas de docentes sobre acessibilidade e inclusão:
recorte de docentes de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão.

Joshuee Braga Rodrigues
Enfermagem
Universidade Federal do Maranhão
joshuee7@icloud.com

Profa. Dra. Paola Trindade Garcia
Departamento de Saúde Pública
Universidade Federal do Maranhão
Paola.garcia@ufma.br

Abstract

The research investigated the training, knowledge, and practices of Nursing faculty at the Federal University of Maranhão (UFMA) regarding accessibility criteria, highlighting essential pedagogical aspects for meeting these standards. This is an exploratory study with a quantitative approach and a cross-sectional design, which data collection was conducted through questionnaires, resulting in a total sample of 18 respondents. The findings reveal a significant deficiency in faculty training on accessibility and inclusion, with 94.4% not receiving investment or training from the university on these topics, and 55.6% rarely participating in related courses. Additionally, there is a lack of knowledge about communication tools necessary to serve individuals with disabilities; 55.6% are unable to use Brazilian Sign Language,

and 100% are incapable of using Braille writing. The study also highlights a lack of adherence to accessibility tools, with 83.3% never having applied them, and minimal involvement in research and extension activities on the topic (94.4%). Faculty members feel limited in applying accessibility criteria in their pedagogical activities, with most self-assessing their abilities as "Insufficient" or "Regular," underscoring the urgent need for continuous training.

Keywords: Accessibility; Criteria; Inclusion; Nursing; Professors.

Resumo

A pesquisa investigou a formação, conhecimento e práticas dos docentes de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sobre critérios de acessibilidade destacando aspectos pedagógicos essenciais para o atendimento destes critérios. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa e desenho transversal cuja coleta de dados foi feita por questionário e a amostra total obtida foi de 18 respondentes. Os resultados mostram uma significativa deficiência na formação dos docentes sobre acessibilidade e inclusão, 94,4% não recebe investimento ou capacitação da universidade sobre acessibilidade/inclusão, outros 55,6% raramente participam de cursos sobre o assunto, além da falta de conhecimento de ferramentas de comunicação necessárias para atender ao público deficiente, 55,6% não consegue usar a Língua Brasileira de Sinais, enquanto 100% é incapaz de usar a escrita Braille. Percebe-se também a não adesão as ferramentas de acessibilidade, 83,3% nunca as aplicaram, além do baixo envolvimento em atividades de pesquisa e extensão com o tema (94,4%). Os docentes se sentem limitados quanto a aplicação de critérios de acessibilidade em suas atividades pedagógicas auto avaliando-se, em sua maioria, como "Insuficiente" ou "Regular", trazendo a luz a necessidade de capacitação contínua.

Palavras-chave: Acessibilidade; Critérios, Docentes; Enfermagem; Inclusão.

1 Introdução

Pessoas com deficiência (PCD) são aquelas com impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais que dificultam sua participação plena e efetiva na sociedade (BRASIL, 2015). No Brasil, a legislação e políticas públicas garantem o acesso à educação inclusiva, buscando o máximo desenvolvimento de suas habilidades e interesses (BRASIL, 2015). Apesar disso, a inclusão de PCD no ensino superior enfrenta desafios, como falta de infraestrutura e recursos tecnológicos acessíveis além da formação inadequada dos professores, comprometendo a acessibilidade plena.

A acessibilidade, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), envolve condições para utilização segura e autônoma de serviços e espaços. Políticas como a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) e a reserva de vagas em universidades (BRASIL, 2016) promoveram avanços no ingresso de PCD, com aumentos significativos no acesso ao ensino superior, como os registrados na UFMA (UFMA, 2021). No entanto, o acesso por si só não garante inclusão efetiva, sendo necessária uma rede de suporte adequada para permanência e sucesso acadêmico (Silva, 2021).

Parte dos desafios da inclusão decorre do desconhecimento dos docentes sobre critérios de acessibilidade, embora sejam essenciais na formação de futuros profissionais. Estudos mostram que muitos docentes universitários têm pouco preparo em processos de ensino e aprendizagem inclusivos (Pimenta e Anastasiou, 2003). Historicamente, o foco esteve na inclusão na educação básica, enquanto no ensino superior, a presença de PCDs era pouco debatida. Hoje, é fundamental desenvolver uma cultura de inclusão nas universidades, considerando as necessidades específicas das PCDs na estruturação dos projetos pedagógicos.

Além disso, enfermeiros, como educadores e prestadores de cuidado, precisam de uma formação holística que os capacite a atender diferentes públicos e desempenhar funções como assistência, educação em saúde e formação continuada (COFEN, 1987). Desta forma, o objetivo deste estudo é analisar conhecimentos relativos ao atendimento de critérios de acessibilidade na prática de docentes do curso de enfermagem da UFMA.

2 Método

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa e desenho transversal. O estudo foi conduzido entre os meses de novembro e dezembro de 2024, os participantes foram os docentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão do campus de São Luís. A coleta de dados foi realizada por questionário, que foi disponibilizado de forma digital/online através do e-mail institucional e redes sociais dos professores. Também foi realizada uma busca ativa de forma presencial no prédio sede do departamento de enfermagem da UFMA – SLZ para estimular maior adesão à pesquisa por parte dos professores.

A ferramenta de coleta foi desenvolvida tendo como base a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e o Guia de Acessibilidade da Universidade Federal do Maranhão. O questionário foi composto de 3 seções contendo a primeira: esclarecimento sobre a pesquisa, termo de consentimento e confirmação de participação da pesquisa. A segunda, composta por 11 perguntas sobre o perfil do participante. A terceira, por 22 perguntas sobre critérios de acessibilidade, sendo 20 perguntas fechadas e 2 perguntas abertas. Os resultados foram analisados segundo informações estatísticas fornecidas pela própria plataforma em que o questionário foi elaborado (Google Forms®), os dados foram compilados e analisados pelos próprios pesquisadores resultando nas tabelas e gráficos utilizados nesse estudo.

A aplicação foi realizada de forma digital por meio do envio do questionário para o e-mail institucional dos 38 professores ativos no período de condução da pesquisa, segundo lista fornecida pelo próprio departamento, foram usados como critério de exclusão da pesquisa professores que se aposentaram durante o período de coleta de dados, professores que estavam de licença e respondentes que não pertenciam ao Departamento de Enfermagem da UFMA São Luís. Alguns docentes também receberam o questionário por meio de aplicativo de mensagem, conforme solicitado pelos próprios participantes. A amostra total foi 18 respondentes, equivalente a 47,4% da população-alvo.

Esta pesquisa é um recorte da pesquisa “Formação, conhecimentos e práticas de docentes sobre acessibilidade e inclusão” que foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/HU/UFMA, CAAE 81235324.6.0000.5087 (parecer número 7.174.170).

Seguindo os preceitos éticos da Resolução 466/12 (Brasil, 2012), e da Resolução 564/17 do Código de Ética de Enfermagem (COFEN, 2017).

3 Resultados e Discussão

Participaram deste estudo 18 professores do departamento de enfermagem da UFMA – São Luís. Os resultados da pesquisa mostram que 94,4% dos professores residem em São Luís – MA, 55,6% se auto declaram brancos, 94,4% são doutores, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Características sociodemográficas e de formação. São Luís - MA, 2024.

Categorias	Descrição	N	%
Cidade e Estado	Barreirinhas – MA	1	5,6
	São Luís – MA	17	94,4
Raça/Cor	Branco	10	55,6
	Pardo	7	38,9
	Negro	1	5,6
Estado Civil	Casado	9	50,0
	Solteiro	4	22,2
	Divorciado	3	16,7
	União Estável	2	11,1
Formação Acadêmica	Enfermagem	18	100,0
Coordenação/Departamento/Centro	Departamento de Enfermagem	18	100,0
Campus	Campus São Luís (Sede)	18	100,0
Maior Titulação Acadêmica	Doutorado na modalidade presencial	17	94,4
	Mestrado na modalidade presencial	1	5,6
	Especialização na modalidade presencial	0	0
	Especialização na modalidade a distancia ou semipresencial	0	0
	Doutorado na modalidade a distância ou semipresencial	0	0
	Mestrado na modalidade a distância ou semipresencial	0	0
Faixa etária	Até 35	2	11,2
	36 a 70	16	88,8
Total			100

Fonte: Autoria própria, 2024.

A alta escolaridade está diretamente ligada a idade dos profissionais, a maioria está ou já passou da faixa etária que segundo pesquisa de Machado et al. 2016 se chama “Maturidade Profissional”, entre 36 e 50 anos, que é a fase onde o enfermeiro atinge o ápice da sua formação acadêmica. Essa pesquisa também traçou o perfil racial da categoria que apontou predominância de negros e pardos, em desacordo com os resultados deste estudo onde a prevalência foi de indivíduos auto declarados brancos.

Em relação aos critérios de acessibilidade foram analisados conhecimentos básicos de acessibilidade, formação e práticas pedagógicas relacionadas a essa temática, 77,8% dos docentes tem ou já teve alunos com algum tipo de deficiência; 55,6% não possuem conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais e nenhum dos docentes entrevistados (100%) possui conhecimento da Escrita Braile. Chama atenção que a maioria dos docentes classificou como insuficiente ou irregular sua capacidade de aplicação de critérios de acessibilidade em suas aulas (Tabela 2).

Tabela 2. Conhecimento básico relacional à acessibilidade educacional. São Luís - MA, 2024.

Pergunta	Resposta	N	%
Você tem ou já teve algum aluno com deficiência?	Não	4	22,2
	Sim	14	77,8
Você possui conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais?	Não	10	55,6
	Sim, superficialmente	8	44,4
	Sim, sou fluente	0	0
Você possui conhecimento sobre a Escrita Braile?	Não	18	100,0
	Sim, superficialmente	0	0
	Sim, sou fluente	0	0
Como você avalia a sua capacidade de aplicar critérios de acessibilidade nas suas aulas?	Insuficiente	9	50,0
	Regular	8	44,4
	Não sei responder	1	5,6
	Boa	0	0
	Excelente	0	0
Durante as suas atividades docentes você já precisou usar alguma ferramenta de acessibilidade?	Não	15	83,3
	Sim	3	16,7
Você já precisou realizar alguma adequação em uma de suas disciplinas ou atividades docentes para atender as necessidades de um aluno com deficiência?	Sim	11	61,1
	Não	7	38,9
	Não sei responder	0	0
TOTAL		18	100,0

Fonte: Autoria própria, 2024.

A grande quantidade de professores que tem ou já tiveram alunos com deficiência está em consonância à entrada significativa de alunos com deficiência na universidade conforme aponta a própria UFMA que chegou a 1000% entre os anos de 2007 e 2019 (UFMA, 2021).

Já o número significativo de docentes que desconhecem a Libras e a escrita Braile vai de encontro a resolução CNE/CES nº3 de 2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, e propõe que o enfermeiro deve dominar a comunicação não verbal.

Esta mesma resolução traz como objetivo do profissional enfermeiro “atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos” (MEC, 2001), desta forma, demonstrando incompatibilidade com os resultados desta pesquisa uma vez que os docentes sentem que a sua formação é insuficiente neste quesito.

O Guia de Acessibilidade da UFMA coloca o uso de ferramentas de acessibilidade tais como a língua de sinais, a escrita braile, e conteúdos adaptados, como imprescindível para a educação de pessoas com deficiência (UFMA, 2021), porém, os resultados apontam que a maioria (83,3%) nunca chegou a usá-las.

Em relação à formação e prática pedagógica os aglutinados em uma terceira tabela.

Tabela 3. Formação e prática pedagógica. São Luís - MA, 2024.

Pergunta	Resposta	n	%
Você desenvolve pesquisas sobre o tema acessibilidade e/ou inclusão?	Não	17	94,4
	Sim	1	5,6
Você desenvolve atividades de extensão no âmbito da acessibilidade e/ou inclusão?	Não	17	94,4
	Sim	1	5,6
Quando você elabora ou seleciona recursos didáticos e pedagógicos para suas atividades docentes costuma considerar atendimento a critérios de acessibilidade?	Não	11	61,1
	Sim	7	38,9
Você recebe ou já recebeu investimentos/formação em sua atividade docentes, por parte da universidade, na temática acessibilidade e/ou inclusão?	Não	17	94,4
	Sim	1	5,6
Você tem participado de minicursos, oficinas, palestras ou cursos de outras naturezas como busca de conhecimento sobre critérios de acessibilidade a serem adotados no seu processo de trabalho?	Nunca	6	33,3
	Raramente	10	55,6
	Frequentemente	2	11,1
É de seu conhecimento a possibilidade de realizar empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva por meio da universidade para uso em suas atividades?	Não	17	94,4
	Sim	1	5,6
Você utiliza critérios de acessibilidade para elaborar as avaliações dos alunos com deficiência?	Não se aplica	7	38,9
	Não	6	33,3
	Sim	5	27,8
Você costuma utilizar estratégias que promovam acessibilidade/inclusão durante o desenvolvimento de suas atividades externas?	Não	7	38,9
	Sim	6	33,3
	Não se aplica	5	27,8
TOTAL		18	100

Fonte: Autoria própria, 2024.

Quando questionados sobre a realização de pesquisa e extensão no âmbito da acessibilidade grande parte (94,4%), no caso de extensão, o mesmo número (94,4%) responderam que não realizam atividades nesse sentido, desta forma os

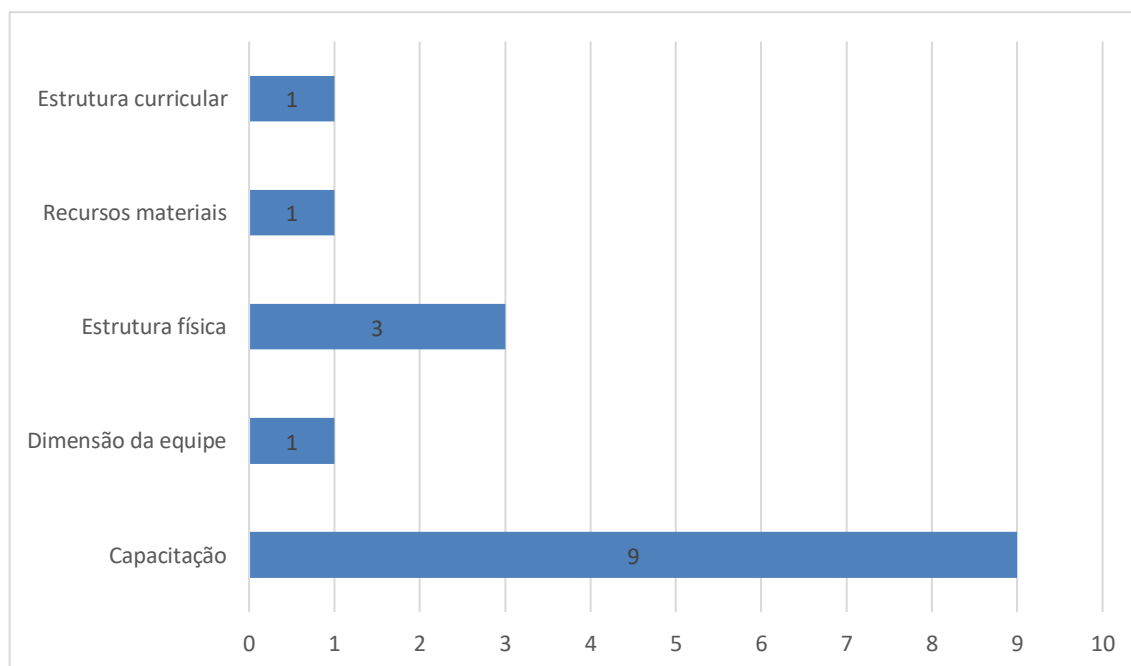
resultados se alinham com o que dizem Ferrari e Sekkel (2007), os autores afirmam que há necessidade de expansão, principalmente no âmbito da pesquisa.

Quando falamos de formação e capacitação, os professores não têm recebido incentivos da universidade para melhorar seu conhecimento no campo da acessibilidade e inclusão (94,4%), além disso, é possível notar que os professores raramente atendem a cursos ou outros métodos de capacitação (55,6%), se opondo ao perfil de professor que o Ministério da Educação (2008) considera como ideal sendo ele o profissional com o maior nível de capacitação possível com uma formação que o permite lecionar aos mais diversos públicos.

Já sobre a utilização de critérios de acessibilidade no processo avaliativo dos alunos com deficiência, os dados aparecem bem distribuídos porem as respostas positivas (27,8%) ainda aparecem em ultimo lugar em relação às demais opções, ferindo o principio da equidade proposto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

Os respondentes também foram perguntados sobre o que consideravam o maior desafio para exercer suas atividades docentes de forma acessível, o conteúdo das respostas foi analisado e os desafios mais prevalentes foram exibidos no Gráfico 1.

Gráfico 1. Desafios para aplicação de critérios de acessibilidade relatados pelos professores.



Fonte: Autoria própria, 2024.

A falta de capacitação foi apontada como maior desafio para os docentes, este dado tangencia outros dados desta mesma pesquisa, mas contrapõe o Guia de Acessibilidade da UFMA (2021), uma vez que ele aponta que a universidade, através da Diretoria de Acessibilidade, oferece formação contínua e gratuita sobre acessibilidade e inclusão, bem como oferece outros variados serviços em prol da acessibilidade na universidade.

4 Considerações Finais

O presente estudo almejou avaliar o atendimento de critérios de acessibilidade, por professores enfermeiros, na sua prática docente. Os resultados apontam que os docentes percebem lacunas na aplicação destes critérios em suas práticas, que não há uma efetiva aplicação de critérios de acessibilidade e a falta de capacitação foi apontada como principal desafio nesse sentido.

Este estudo possui um alicerce sólido do diagnóstico da situação docente em relação a atendimento de critérios de acessibilidade e inclusão e pode ser usado como base para a elaboração de ações estratégicas para contornar os resultados negativos obtidos.

Está pesquisa resultou em um modelo de avaliação do atendimento destes critérios podendo ser replicada em outros departamentos e universidades desta forma, corroborando para a criação de um ambiente universitário mais inclusivo e acessível.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2015/L13146.htm. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com

deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 31 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Manual de Adaptações de Acessibilidade**. Brasília, DF: MMFDH, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/manual_mdhc_laudos.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Guia de Boas Práticas de Acessibilidade Digital**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/acessibilidade-digital/guiaboaspraaticasparaacessibilidadedigital.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

OLIVA, Diana Villac. **Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA), 2016. Disponível em: <https://www.tese.usp.br/handle/11449/145536>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MANZATO, Antonio José; BARBOSA SANTOS, Adriana. **A elaboração de questionário na pesquisa quantitativa**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

SILVA, J. C.; PIMENTEL, A. M. **Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior**. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 29, e2904, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2193>. Acesso em: 01 jun. 2024.

Guia de acessibilidade [recurso eletrônico]: orientações básicas. / Fernanda Souza da Silva... [et al.]. São Luís: EDUFMA, 2021. Disponível em: <http://www.edufma.ufma.br/index.pht/loja/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

OLIVEIRA, Fabiola Rolim de; ARAÚJO, Michael Douglas Batista de; SILVA, José Lindemberg Bernardo da. **O papel do professor na educação inclusiva**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 6., 2019, Fortaleza. VI Congresso Nacional de Educação: Editora Realize, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID9047_28092019222226.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CES nº 3, de 2 de julho de 2007. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>

MACHADO, Maria Helena et al.; **Características gerais da enfermagem: o perfil sócio demográfico**. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), 2016. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Caracter%C3%ADsticas-gerais-da-enfermagem-o-perfil-s%C3%B3cio-demogr%C3%A1fico.pdf>.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 636–647, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400006>. Acesso em: 28 dez. 2024.

ALMEIDA, C. M. N. A., JESUS; Dominick do Carmo. **Educação inclusiva e diversidade no ensino superior**. UFMT. *Revista Triângulo*, Uberaba: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2008. Disponível em: <https://seer.ufmt.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/download/6211/6755/37716>.

BRASIL. **Lei n.º 7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 1986.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-466-12.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução Cofen n.º 564/2017**. Atualiza e estabelece parâmetros para a prática da consulta de Enfermagem e prescrição da assistência de Enfermagem. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/>. Acesso em: 31 dez. 2024.

Sobre o autor



Graduando em Enfermagem pela
Universidade federal do maranhão

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo avaliou formação conhecimento e as práticas pedagógicas dos docentes de Enfermagem e possibilitou identificar lacunas nestes quesitos. Os resultados mostram que há urgência na aplicação de ações para promover inclusão e acessibilidade no curso de Enfermagem da UFMA, que apesar da presença de alunos com algum tipo de deficiência ser significativa, a falta de capacitação dos docentes, aliada a escassez de recursos de acessibilidade e estruturais, limita a efetividade das práticas inclusivas.

É primordial que a instituição invista em capacitação contínua, tecnologia assistiva, ampliação das políticas de inclusão e sensibilização da importância do ensino, pesquisa, e extensão inclusivos. O certo é que há espaço e potencial para que esses aspectos sejam aprimorados.

Este estudo possui um alicerce sólido do diagnóstico da situação docente em relação a atendimento de critérios de acessibilidade e inclusão e pode ser usado como base para a elaboração de ações estratégicas para contornar os resultados negativos obtidos.

Esta pesquisa resultou em um modelo robusto de avaliação do atendimento destes critérios podendo ser replicada em outros departamentos e universidades desta forma, corroborando para a criação de um ambiente universitário mais inclusivo e acessível.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2015/L13146.htm. Acesso em: 01 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- BRASIL. **Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 31 dez. 2024.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Manual de Adaptações de Acessibilidade.** Brasília, DF: MMFDH, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/manual_mdhc_laudos.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.
- BRASIL. **Guia de Boas Práticas de Acessibilidade Digital.** Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/acessibilidade-digital/guiaboaspraaticasparaacessibilidadedigital.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- OLIVA, Diana Villac. **Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA), 2016. Disponível em: <https://www.tese.usp.br/handle/11449/145536>. Acesso em: 01 jun. 2024.
- MANZATO, Antonio José; BARBOSA SANTOS, Adriana. **A elaboração de questionário na pesquisa quantitativa.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.
- SILVA, J. C.; PIMENTEL, A. M. **Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 29, e2904, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2193>. Acesso em: 01 jun. 2024.

Guia de acessibilidade [recurso eletrônico]: orientações básicas. / Fernanda Souza da Silva... [et al.]. São Luís: EDUFMA, 2021. Disponível em: <http://www.edufma.ufma.br/index.php/loja/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

OLIVEIRA, Fabiola Rolim de; ARAÚJO, Michael Douglas Batista de; SILVA, José Lindemberg Bernardo da. **O papel do professor na educação inclusiva.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 6., 2019, Fortaleza. VI Congresso Nacional de Educação: Editora Realize, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID9047_28092019222226.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CES nº 3, de 2 de julho de 2007. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>

MACHADO, Maria Helena et al.; **Características gerais da enfermagem: o perfil sócio demográfico.** Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), 2016. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Caracter%C3%ADsticas-gerais-da-enfermagem-o-perfil-s%C3%B3cio-demogr%C3%A1fico.pdf>.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 4, p. 636–647, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400006>. Acesso em: 28 dez. 2024.

ALMEIDA, C. M. N. A., JESUS; Dominick do Carmo. **Educação inclusiva e diversidade no ensino superior.** UFMT. *Revista Triângulo*, Uberaba: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2008. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/download/6211/6755/37716>.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-466-12.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2024.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Formação, conhecimentos e práticas de docentes sobre acessibilidade e inclusão

Pesquisador: Paola Trindade Garcia

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 81235324.6.0000.5087

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.174.170

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa visa avaliar conhecimentos e práticas de docentes da Universidade Federal do Maranhão sobre acessibilidade e/ou inclusão no âmbito acadêmico, incluindo atividades nas modalidades presencial e a distância, assim como as formações recebidas pelos docentes sobre essa temática. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa híbrida (envolvendo aspectos qualitativos e quantitativos), com instrumentos de coleta desenvolvidos e validados pelos pesquisadores.

A pesquisa será realizada no âmbito da Universidade Federal do Maranhão, com a coordenação de um professor permanente do quadro de professores do Departamento de Saúde Pública (DSP). Os sujeitos da pesquisa serão toda comunidade docente, incluindo professores conteudistas, em caso de se tratar da modalidade EaD da IES. Planeja-se contar com a participação de 500 indivíduos. Para a coleta de dados, serão utilizados questionários semiestruturados que poderão ser aplicados presencial ou virtualmente (em canais oficiais como e-mail institucional ou Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica - SIGAA), bem como também serão realizadas entrevistas conduzidas por pesquisadores e guiadas por roteiros previamente elaborados e validados pela equipe de pesquisa. Haverá questões sociodemográficas, culturais, profissionais, de formação e percepções gerais dos participantes.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 7.174.170

Objetivo da Pesquisa:

Hipótese: Conhecimentos e práticas de docentes de uma Instituição de Ensino Superior sobre aspectos de acessibilidade e/ou inclusão ainda estão aquém do esperado, independente da modalidade de ensino.

Objetivo Primário: Avaliar os conhecimentos e práticas de docentes de uma Instituição de Ensino Superior sobre aspectos de acessibilidade e inclusão no fazer docente em diferentes modalidades de ensino.

Objetivo Secundário: (a) Identificar nível de conhecimento dos docentes sobre princípios, normativas e diretrizes de acessibilidade nas diferentes modalidades de ensino; (b) Investigar a presença dos aspectos de acessibilidade nos projetos político-pedagógicos dos cursos, com suas particularidades na oferta, na instituição de ensino; (c) Descrever conhecimentos e práticas de docentes sobre o fazer pedagógico necessários para o atendimento aos critérios de acessibilidade e inclusão nas diferentes modalidades de ensino; (d) Descrever barreiras enfrentadas pelos docentes na promoção da acessibilidade e inclusão em diferentes modalidades de ensino; (e) Verificar o uso de tecnologias assistivas e/ou formas de sensibilização dos docentes em relação às questões de diversidade e inclusão em diferentes modalidades de ensino; (f) Avaliar a entrada de estudantes com deficiência na universidade, identificando repercussões no trabalho docente; (g) Analisar os aspectos da formação de docentes que tenham relação com acessibilidade e/ou inclusão na educação presencial ou a distância; (h) Analisar o atendimento de critérios de acessibilidade nas produções técnicas, pedagógicas e acadêmicas de docentes nas distintas modalidades de ensino.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Serão solicitadas informações acerca da formação, conhecimento e práticas laborais dos participantes sobre acessibilidade e inclusão social de pessoas com deficiências, também serão solicitadas informações de dados pessoais e profissionais. Embora os riscos possam ser considerados mínimos, é reconhecido que esta pesquisa poderá gerar situações desagradáveis ou desconfortos emocionais que estejam ligados a lembranças negativas, e os pesquisadores responsabilizam-se por reduzi-los, interrompendo ou adiando a entrevista e garantindo sigilo, confidencialidade, apoio e compromisso com todo material produzido. Ressalta-se ainda que não haverá despesa alguma ao participante de pesquisa e sua participação na pesquisa será de modo voluntário, sem o recebimento de pagamento.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 7.174.170

Benefícios: Quanto aos benefícios, os resultados ajudarão a contribuir para melhorias na qualidade da formação, dos conhecimentos e, por consequência, das práticas dos participantes em relação à acessibilidade e inclusão. Isso ao considerar as atividades acadêmicas, técnicas e pedagógicas das quais esses profissionais estão envolvidos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem motivações científicas e sociais importantes. Tem potencial para produzir conhecimentos efetivos e importantes para a área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

**** Folha de rosto:** Preenchida e assinada pela pesquisadora proponente e pela coordenadora do Departamento de Saúde Pública - UFMA.

**** Projeto:** Texto integral apresentado. Contém itens estabelecidos pela Norma Operacional 001/2013 CNS, Seção 3.4.

**** TCLE:** Apresentam-se dois documentos, um para modalidade presencial, outro online, ambos redigidos na forma de convite contendo objetivos da pesquisa, procedimento de coleta de dados, informações sobre participação voluntária, riscos e benefícios, garantias de sigilo e privacidade, bem como endereços de contato dos pesquisadores e do CEP-UFMA.

**** Declarações:** Apresentam-se: (1) declaração de apoio da instituição e de infraestrutura assinada pela Chefe do Departamento de Saúde Pública (UFMA), (2) declaração de anuência e (3) termo de compromisso na utilização dos dados e divulgação dos resultados, assinada/o pelos pesquisadores envolvidos no projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa atende requisitos da Resolução CNS 466/12 e da Norma Operacional CNS 001/2013. Não se identificam pendências ou inadequações na documentação apresentada. Recomenda-se aprovação do protocolo em pauta.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA**



Continuação do Parecer: 7.174.170

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2344426.pdf	25/06/2024 19:50:07		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	25/06/2024 19:49:15	Francenilde Silva de Sousa	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	25/06/2024 19:32:14	Francenilde Silva de Sousa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_presencial.pdf	25/06/2024 19:31:39	Francenilde Silva de Sousa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_online.pdf	25/06/2024 19:31:20	Francenilde Silva de Sousa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_acessibilidade_revisado.docx	16/05/2024 21:01:30	Paola Trindade Garcia	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_28129_assinado_assinado.pdf	16/05/2024 21:00:43	Paola Trindade Garcia	Aceito
Outros	termo_gravacao_assinado.pdf	15/05/2024 21:49:03	Paola Trindade Garcia	Aceito
Declaração do Patrocinador	declaracao_financeiro_assinado_assinado.pdf	15/05/2024 21:48:38	Paola Trindade Garcia	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_presencial_assinado.pdf	15/05/2024 21:48:16	Paola Trindade Garcia	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_online_assinado.pdf	15/05/2024 21:48:06	Paola Trindade Garcia	Aceito
Orçamento	orcamento_revisado.docx	15/05/2024 21:47:54	Paola Trindade Garcia	Aceito
Declaração de Pesquisadores	anuencia_pesquisadores_revisado.pdf	15/05/2024 21:47:41	Paola Trindade Garcia	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso_pesquisadores.pdf	15/05/2024 21:47:31	Paola Trindade Garcia	Aceito
Declaração de Instituição e	declaracao_infraestrutura_assinado_assinado.pdf	15/05/2024 21:45:59	Paola Trindade Garcia	Aceito

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 7.174.170

Infraestrutura	declaracao_infraestrutura_assinado_assinado.pdf	15/05/2024 21:45:59	Paola Trindade Garcia	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	15/05/2024 21:45:48	Paola Trindade Garcia	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 21 de Outubro de 2024

Assinado por:

Emanuel Péricles Salvador
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

ANEXO B – Normas de publicação do artigo



Volume 16 – Nº 1 – Janeiro / Abril de 2022

Official Format for Preparing Articles for the Revista EducaOnline

(title)

First author's name
First author's department
First author's institution
e-mail

Second author's name
Second author's department
Second author's institution
e-mail

Abstract

The abstract below the author(s) must have a maximum of 200 words, with succinct information about the content, objectives, procedures and conclusions.

Keywords: paper, publication, abstract (minimum of 3 e maximum of 5).

Abstract

In this part, the authors must submit the Portuguese or Spanish version of the abstract presented.

Keywords: paper, publication, abstract (minimum of 3 e maximum of 5).

Introduction (title chosen by the author)

The article, written in Portuguese or English, must be sent in a file in the format doc (Word for Windows), containing between 10 and 15 pages, written exclusively in Arial handwriting. The body of the text must have size 12pt with spacing 1,5 between lines and paragraphs with the same spacing.

The introduction must be objective and present the idea that will be discussed, explaining the content of the subject, of the research type, of the limitations of the work, of the motivating intentions and its collaboration for scientific development.

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Escola de Comunicação – Escola de Belas Artes
Laboratório de Pesquisa em Tecnologias da Informação e da Comunicação – LATEC/UFRJ
Grupo de Estudos de Representação Gráfica em Ambientes Virtuais - GERGA



Volume 15 – Nº 3 – Setembro / Dezembro de 2021

Reading review (title chosen by the author)

All work cited in the text must comply with the standards NBR 12520 e NBR 6023. The system Author-Date should be the used. All must be included, at the end of the article in the bibliographic references, in alphabetic order. For citations longer than three lines, the model below should be used:

Quotations with more than three lines must have a margin of 4 cm to the left, single spacing, justified. Text Arial of size 10PT. (CITED AUTHOR, YEAR, page number preceded by the letter p.)

Theoretical Reference (title chosen by the author)

The theoretical reference used must be consistent with the problem studied. Research sources must be reliable and clearly presented.

The tables and charts must have the titles located above them with letter Arial 12pt in bold and centered.

The figures, tables and charts must always be referenced in the body of the text and numbered. They must be centralized and with wide edge 3pt according to the following examples:

Table 1 - Instrumentos de geração de dados.

Instrumentos de geração de dados	Período de aplicação	Objetivos
Registros através de notas do caderno de campo e observação de aulas. Questionário Entrevista semi estruturada	2013 2014	Identificar potencialidades e limitações da utilização dos recursos Web 2.0 no contexto do ensino de Artes.
Registros através de notas no caderno de campo e observação de aulas Questionário de sondagem Entrevista semi estruturada Grupo Focal	2014	Implementar uma metodologia de ensino de Arte com a utilização dos recursos da Web 2.0
Registros através de notas do caderno de campo e observação de aulas Entrevista semi estruturada Grupo Focal	2014	Avaliar a metodologia a partir do ponto de vista dos participantes.



Volume 15 – Nº 3 – Setembro / Dezembro de 2021



Figure 1: Interface do Ambiente virtual de Aprendizagem construído com base no Sistema Quantum de Educação Online.

Conclusion (or Final Considerations)

In the last section, must contain the main idea of the work, either resuming the main points that were developed throughout the article, or relating the deductions, the inferences from the previous partial conclusions. The conclusions must be clear and should state whether the research objectives were achieved, if the research questions were answered and, if possible, suggest future studies.



Volume 15 – Nº 3 – Setembro / Dezembro de 2021

Acknowledgments

In this section, the author(s) can thank contributors (people or companies), funding agencies or similar, who contributed to the writing of the final work or with the development of the work reported in the article.

Bibliographic References

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002. 7p.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

HAGUENAUER, C. J.; LAWISNSKY, F. M.; CORDEIRO, F; **Comunicação e Interação em Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Análise de Uma Experiência no Curso de Pós-graduação em Linguística Aplicada**. Revista EducaOnline, Volume 2 - nº 3- setembro/dezembro 2008. Rio de Janeiro. Disponível em http://www.latec.ufrj.br/revistas/index.php?journal=educaonline&page=article_&path%5B%5D=123

About the Author(s)

Information about the author(s): inform the author(s) data below the bibliographic references, attaching highly visible photo, full name, abbreviated bibliography (3 to 15 lines), institution and e-mail, according to the following examples:

	PhD in Interdisciplinary Program of Applied Linguistics at the Federal University of Rio de Janeiro. Master in Applied Linguistics from the same institution. Specialized in Psychology of Advertising and Marketing and Art Therapy in Education and Health by the Faculdades de Humanidades Pedro II. Graduated in Artistic Education Degree - Plastic Arts Qualification in Federal University of Rio de Janeiro. Since 1987, she has been working in the teaching profession.
---	--

Avoid footnotes.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA – DSP

Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**Formação, conhecimentos e práticas de docentes sobre acessibilidade e inclusão**”, cujo objetivo é avaliar os conhecimentos e práticas de docentes de uma Instituição de Ensino Superior sobre aspectos de acessibilidade e inclusão no fazer docente em diferentes modalidades de ensino.

Esta pesquisa pretende avaliar os conhecimentos e práticas de docentes de uma Instituição de Ensino Superior sobre aspectos de acessibilidade e inclusão no fazer docente em diferentes modalidades de ensino. Desse modo, o principal benefício desse estudo é coletivo, pois está ligado ao processo de ensino-aprendizagem dos profissionais e dos alunos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Ainda há benefícios indiretos aos participantes da pesquisa, já que compreender sobre sua formação, conhecimentos e práticas poderá contribuir para reorganização de planos pedagógicos atuais, possibilitando melhores condições às pessoas com deficiência.

É importante ressaltar que você poderá sofrer desconfortos emocionais que estejam ligados a lembranças negativas, e os pesquisadores responsabilizam-se por reduzi-los, interrompendo ou adiando a entrevista e garantindo sigilo, confidencialidade, apoio e compromisso com todo material produzido. Ressalta-se ainda que não haverá despesa alguma ao participante de pesquisa e sua participação na pesquisa será de modo voluntário, sem o recebimento de pagamento.

Os benefícios da pesquisa estão relacionados à contribuição para melhorias na qualidade da formação, dos conhecimentos e, por consequência, das práticas dos participantes em relação à acessibilidade e inclusão. Isso ao considerar as

atividades acadêmicas, técnicas e pedagógicas das quais esses profissionais estão envolvidos.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir esclarecimentos. Para isso, pode entrar em contato, com a pesquisadora Paola Trindade Garcia por meio do contato eletrônico paola.garcia@ufma.br, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão por meio dos contatos telefônico (98) 3272-8708 ou eletrônico cepufma@ufma.br.

Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para garantir a proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Caso haja desistência de sua participação essa deverá ser informada ao pesquisador responsável pelo email: paola.garcia@ufma.br. Os dados obtidos na pesquisa serão armazenados em nuvem dos pesquisadores pelo período vigente do projeto e sob responsabilidade do pesquisador principal. As informações desta pesquisa serão confidenciais, somente os pesquisadores responsáveis pelo estudo terão acesso aos dados obtidos e ainda assim, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

As divulgações dos resultados serão realizadas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários. Não serão também utilizadas imagens sem que haja autorização prévia do mesmo. Após o seu aceite, você deverá assinar as duas vias deste termo, como forma de consentimento, e receberá uma vias assinada pelo pesquisador responsável.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente, decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Considerando os esclarecimentos acima:

Você concorda em ser voluntário da pesquisa? (faça um X)

Aceito

Não aceito

Local, ____/____/____ (preenchidos automaticamente)

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE 2 – Questionário/ferramenta de pesquisa**SEÇÃO 2 – PERFIL DO PARTICIPANTE**

Nome:

Qual a sua data de nascimento?

___/___/___

Cidade e Estado onde mora atualmente (Exemplo: São Luís – MA)

Raça/Cor

- ☐ Preto
☐ Pardo
☐ Indígena
☐ Amarelo
☐ Branco
☐ Não sei responder

Estado Civil

- ☐ Solteiro
☐ Casado
☐ União Estável
☐ Viúvo
☐ Divorciado

Qual a sua formação (Curso que você graduou)

Qual foi o ano de conclusão da sua graduação?

Qual Coordenação de Curso/Departamento/Centro da Universidade você está vinculado?

Qual campus da universidade você está vinculado?

- ☐ Campus Bacabal

- ☐ Campus Balsas
- ☐ Campus Chapadinha
- ☐ Campus Codó
- ☐ Campus Grajaú
- ☐ Campus Imperatriz
- ☐ Campus Pinheiros
- ☐ Campus São Bernardo
- ☐ Campus São Luís
- ☐ Outros

Qual(is) disciplina(s) você leciona atualmente?

Qual sua maior titulação acadêmica? Considere apenas cursos já finalizados.

- ☐ Pós-graduação lato sensu na modalidade presencial (especialização)
- ☐ Pós-graduação lato sensu na modalidade à distância ou semipresencial (especialização)
- ☐ Residência
- ☐ Mestrado na modalidade presencial
- ☐ Mestrado na modalidade à distância ou semipresencial
- ☐ Doutorado na modalidade presencial
- ☐ Doutorado na modalidade à distância ou semipresencial

SEÇÃO 3 – Critérios de acessibilidade

1- Você tem ou já teve algum aluno com deficiência?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2- Caso tenha respondido "sim" na pergunta anterior, qual o tipo de deficiência? Caso tenha respondido "não", marque "não se aplica".

- ☐ Física
- ☐ Auditiva
- ☐ Visual
- ☐ Mental
- ☐ Múltipla
- ☐ Outros
- ☐ Não se aplica

3- Caso tenha respondido "Outros" na pergunta anterior, especifique.

4- Você possui conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais?

- ☐ Sim, sou fluente
- ☐ Sim, superficialmente (Conheço algumas sentenças)
- ☐ Não

5- Você possui conhecimento sobre a escrita Braile?

- ☐ Sim, sou fluente
- ☐ Sim, superficialmente (Conheço algumas sentenças)
- ☐ Não

6- Como você avalia a sua capacidade de aplicar critérios de acessibilidade nas suas aulas?

- ☐ Excelente
- ☐ Boa
- ☐ Regular
- ☐ Insuficiente
- ☐ Não sei responder

7- Durante as suas atividades docentes você já precisou usar alguma ferramenta de acessibilidade? (tradução simultânea ou consecutiva em Libras, transcrição em Braile, gravador, ampliador de vídeo, descrição de imagem, versões com letra ampliada e alto contraste dos materiais, dentre outros).

- ☐ Sim
- ☐ Não

8- Caso tenhas respondido sim na pergunta anterior marque as ferramentas utilizadas. Caso tenhas respondido não marque "não se aplica".

- ☐ Tradução simultânea ou consecutiva em Libras
- ☐ Transcrição em Braile
- ☐ Gravador
- ☐ Ampliador de vídeo
- ☐ Descrição de Imagem
- ☐ Descrição de áudio
- ☐ Não se aplica
- ☐ Outros

9- Você já precisou realizar alguma adequação em uma de suas disciplinas ou atividades docentes para atender as necessidades de um aluno com deficiência?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei responder

10- Você desenvolve pesquisas sobre o tema acessibilidade e/ou inclusão?

☐ Sim

☐ Não

11- Você desenvolve atividades de extensão no âmbito da acessibilidade e/ou inclusão?

☐ Sim

☐ Não

12- Quando você elabora ou seleciona recursos didáticos e pedagógicos para suas atividades docentes costuma considerar atendimento a critérios de acessibilidade?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei responder

13- Caso tenhas respondido "sim" na questão anterior, quais ferramentas você utiliza ou já utilizou? Caso tenhas respondido "não" ou "não sei responder" marque "não se aplica".

☐ Tradução simultânea ou consecutiva em Libras

☐ Transcrição em Braille

☐ Audiodescrição

☐ Descrição de imagem

☐ Imagem ampliada e com contraste

☐ Não se aplica

☐ Outros

14- Você recebe ou já recebeu investimento/formação em sua atividade docente, por parte da universidade, na temática acessibilidade e/ou inclusão?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei responder

15- Você tem participado de minicursos, oficinas, palestras ou cursos de outras naturezas como busca de conhecimento sobre critérios de acessibilidade a serem adotados no seu processo de trabalho?

☐ Sempre

☐ Frequentemente

☐ Raramente

☐ Nunca

16- Das opções abaixo, marque aquelas que costuma se preocupar na elaboração e disponibilização dos roteiros de suas aulas (slides, roteiros de atividades, textos, situações de aprendizagem, etc.).

☐ Fontes (tamanho e tipo)

☐ Imagens (descrição, tamanho, nitidez)

☐ Cores/Contraste

☐ Vídeos (legendas, audiodescrição)

☐ Tradução simultânea ou consecutiva em Libras

☐ Não tenho essa preocupação na elaboração e disponibilização

☐ Não se aplica

☐ Outros

17- É de seu conhecimento a possibilidade de realizar empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva por meio da universidade para uso em suas atividades? (acionador de pressão, mouse esférico manual, impressora Braile, máquina Braile, dentre outros).

☐ Sim

☐ Não

18- Você utiliza critérios de acessibilidade para elaborar as avaliações dos alunos com deficiência?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não se aplica

19- Caso tenha respondido "Sim" na pergunta anterior, quais? Caso tenha respondido "Não" ou "Não se aplica" marque "Não se aplica".

☐ Ampliação de tempo

☐ Textos/avaliações ampliados(as)

☐ Textos/avaliações em Braile

☐ Software leitor de tela

☐ Uso da Língua de sinais (Libras)

☐ Não se aplica

☐ Outros

20- Você costuma utilizar estratégias que promovam acessibilidade/inclusão durante o desenvolvimento de suas atividades externas? Por exemplo, atividades de educação em saúde à comunidade, palestras em eventos científicos, etc.

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei responder

☐ Não se aplica

21- Caso tenha respondido "Sim" na pergunta anterior, quais? Caso tenha respondido "Não" marque "Não se aplica"

☐ Tradução Simultânea/Consecutiva em Libras

☐ Material acessível previamente preparado disponibilizado

☐ Aviso prévio aos guias/instrutores/anfitriões da presença de uma pessoa com deficiência

☐ Levou em consideração a acessibilidade arquitetônica do local

☐ Experiência tátil e sonora

☐ Não se aplica

☐ Outros

22- Comente sobre desafios no âmbito de suas atividades docentes para atuar levando em consideração aspectos de acessibilidade e inclusão.
